

CELSO MING

economia



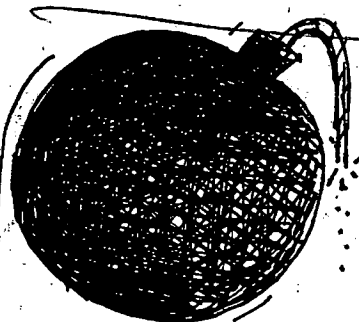
A BOLA, COM O CONGRESSO

▲ A grande incógnita do plano do ministro Fernando Henrique é a aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso. Ai, a questão técnica transforma-se em questão política.

▲ No caso, não será a consistência do plano ou o interesse do País que estará em julgamento. Do ponto de vista dos congressistas, o dilema político principal pode ser formulado da seguinte maneira: se aprovarem o plano, estarão enchendo a bola dos tucanos e consagrando a candidatura de Fernando Henrique à presidência da República. Se negarem o ajuste, serão acusados de boicote e, eventualmente, de parteiros da hiperinflação. A escolha agora é deles.

▲ Do ponto de vista puramente técnico, o plano do ministro transmite consistência, embora persistam dúvidas sobre o conteúdo do orçamento e da revisão constitucional pleiteada. Se cada uma das etapas passar no Congresso, pode-se contar com uma queda brusca da inflação no momento em que o cruzeiro for substituído pela nova moeda. Com um pouco mais de sorte, a sonhada estabilização da economia poderá ser obtida.

▲ Não há alternativa a esse plano. Se ele fracassar, outra equipe econômica terá que en-



carregar-se de propor novo plano que, por sua vez, em seu conteúdo não será muito diferente deste. Como a presença dos noivos num casamento, o essencial aí é o ajuste fiscal. O resto é enfeite, são as flores, a música, o bolo da noiva, que podem variar ou até serem dispensados.

▲ Quando a URV substituir o cruzeiro real em todas as funções de moeda, o governo garantirá sua conversibilidade em qualquer outra moeda. Essa situação parece exigir liberdade de câmbio.

▲ Na sua função de unidade de conta, a URV funcionará de maneira semelhante à unidade de taxi, a UT. Ela marcará as corridas dos preços a velocidade da inflação. Mas, como acontece com os taxis, vai precisar de uma tabelinha, a taxa de câmbio entre a URV e o cruzeiro real, ou seja, o valor da URV em cruzeiros.